

COLETIVOS CIBERFEMINISTAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Cyberfeminist collectives as information source


Luana Maia WOIDA


Professora Referência 3

Faculdade de Tecnologia-Garça, Curso de Tecnologia em Gestão Empresarial

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-UNESP, Brasil

luanamwoida@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-3621-9154> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Analisar os coletivos ciberfeministas como fonte de informação, cujos problemas incluem questionar se esses sites disponibilizam sugestões de bibliografias com publicações que abordam o tema, identificar quais são os tipos de materiais (e-books, artigos, vídeos, dissertações, teses, cartilhas, leis, etc.) disponibilizados, quem os acessa, quem os produz e se mensuram os acessos aos materiais.

Método: Optou-se pela pesquisa exploratória usando-se o método de etnografia virtual, avaliando os coletivos feministas brasileiros destacados na literatura pesquisada: Think Olga, Não Me Kahlo, Geledés, Blogueiras Negras, Escreva Lola Escreva, Blogueiras Feministas, Biscate Social Club, Gorda e Sapatão, Transfeminismos.

Resultado: Os coletivos estudados apresentam, em sua maioria postagens de textos, muitos dos quais construídos a partir da consciência e conhecimento que o escritor tem do assunto, alguns seguindo uma abordagem próxima a de um depoimento, mostrando uma percepção pessoal sobre o tema, enquanto outros apresentam uma discussão com maior neutralidade. A busca por informação nesses blogs e outros ambientes virtuais, como páginas em redes sociais, nem sempre é facilitada, uma vez que alguns deles apresentam *tags* e campos de busca, mas nem todos. Se posicionam quanto ao possível público-alvo, contudo não foi localizado quantos acessos são realizados. Os comentários dos leitores são um indicador de que há interesse pelos materiais disponibilizados, mas não se tem um mapa dos acessos sobre quem e quanto foi acessado.

Conclusões: Considera-se que a Ciência da Informação é fundamental para o ciberfeminismo, pois contribui diretamente para o empoderamento feminino, dado que visa compreender a dinâmica de desenvolvimento e difusão de uma cultura informacional nesse meio, e uma das principais propostas é promover o acesso e a apropriação à informação pelas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberfeminismo. Fonte de informação. Coletivos Feministas. Movimento feminista.

ABSTRACT

Objective: To analyze cyberfeminist collectives as a source of information, whose problems include questioning whether these websites provide bibliography suggestions with publications that address the theme, identify what are the types of materials (ebooks, articles, videos, dissertations, theses, booklets, laws, etc.) made available, who accesses them, who produces them, and if the access of materials are measured.

Methods: We opted for an exploratory research using the virtual ethnography method, evaluating the Brazilian feminist groups highlighted in the researched literature: Think Olga, Não Me Kahlo, Geledés, Blogueiras Negras, Escreva Lola Escreva, Blogueiras Feministas, Biscate Social Club, Gorda and Sapatão, Transfeminismos.

Results: Most of the collectives studied present textual postings, many of which are built on the writer's awareness and knowledge of the subject, some follow an approach similar to a statement, showing a personal perception of the subject, while others present a more neutral discussion. Searching for information on these blogs and websites, as well as social media pages, is not always easy, since some of them have tags and search boxes, but not all of them. They position themselves as to the possible audience, however it was not found how many accesses are made. Readers' comments are an indicator that there is in the materials provided, but there is not a map of accesses of who and how much was accessed.

Conclusions: It is considered that Information Science is substantial for cyberfeminism, as it contributes directly to women's empowerment, since it aims to understand the dynamics of development and diffusion of an information culture in this environment, and one of the main proposals is to promote access and women's ownership of information.

KEYWORDS: Cyberfeminism. Source of information. Feminist collectives. Feminist movement.

1 INTRODUÇÃO

As fontes de informação estão presentes em diferentes ambientes, tanto em meios digitais como em físicos. Em relação ao ambiente digital, dado seu alcance, passa a ser uma ferramenta que potencializa a disseminação de informação, por isso considerado um lugar propício para disponibilizar informação e estimular o acesso a ela.

Os materiais e textos disponibilizados pelos coletivos feministas na rede são em sua maioria, textos de opinião, artigos de jornais, vídeos, e às vezes livros, que expressam suas vivências, angústias, lutas e expectativas. Muitos materiais acadêmicos com investigações voltadas ao tema já foram e continuam sendo produzidos, mas acabam não sendo acessíveis a muitos potenciais leitores, em especial se considerados a linguagem e os termos usados nos textos.

Almeida (2004, p.57) explica que as informações disponíveis na rede também são utilizadas como fonte de informação. O mesmo autor complementa explicando que “São inúmeros os lugares na Internet em que se podem encontrar determinada informação ou fontes que remetem a essa informação”, entre os quais os *sites*.

As fontes de informação são definidas por Rodrigues e Blattmann (2014, p.10) como “[...] tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita” e complementa explicando que tais necessidades incluem “[...] produtos e serviços de informação, pessoas ou redes de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais”.

García-Reyes *et al* (2014, p.26) definem fonte de informação como “[...] qualquer documento real e virtual o qualquer fenômeno da natureza que possa ser interpretado. As fontes indicam onde se encontra a informação. Uma fonte é o material que proporciona conhecimento [...]”. Além disso, os mesmos autores (2014, p.29) complementam explicando se tratar de “[...] objetos que contém informação em qualquer tipo de suporte”.

Para Araújo e Fachin (2015) as fontes de informação podem ser um “[...] documento, um link, fotografia, áudio, base de dados ou um repositório, em tempos de web 4.0, acrescenta-se fonte de informação o armazenamento de documentos em nuvem [...] pode ser qualquer coisa, tem a característica de informar algo para alguém”.

Os movimentos sociais valem-se da divulgação *online* de informação produzida para um grupo, visando conscientizar sobre problemas, reivindicações, leis, novas interpretações de conceitos e práticas etc. Trat (2009, p.151-152) considera que o

movimento feminista é um movimento social, pois as mulheres não pararam de lutar coletivamente desde a época da Revolução Francesa, além de ter seus fundamentos nas contradições presentes na sociedade advindas do capitalismo e da dominação masculina. Nesse sentido, o ciberfeminismo, enquanto movimento social, distante de ser unísono sobre quais problemas são importantes e quem deve fazer parte de tal movimento, busca ser um lugar de fala como prática inerente ao feminismo, como explicita Tiburi (2019, p.55), bem como um lugar propício para criar conteúdos, refletir e agir propagando informações via Web, visando conscientizar e conseguir adesão ao movimento, uma vez que a violência e os padrões patriarcais instituídos contra a mulher não estão apenas no mundo físico, mas também no ambiente Web, especialmente nas redes digitais. Nesse sentido, corrobora-se com Santini, Terra e Almeida (2017, p.152) quando explicam que é

[...] possível compreender uma ação online coletiva – que tenha como característica o ímpeto de transformação no âmbito social e não unicamente histórico – como parte ou o próprio movimento social. Por esse ângulo, seria aplicável o termo “movimento social” em ações coletivas na Internet que marcam o recente revigoramento do movimento feminista.

Para Trat (2009, p.149) um movimento social “[...] se refere, portanto, tanto a períodos de “crises” políticas como a processos de mobilização duradouros que dão origem a associações, redes e organizações” e acrescenta que o movimento feminista é um movimento social, principalmente em virtude de sua duração, ainda que existam intermitências nas mobilizações realizadas pelas mulheres. Nesse sentido, como o ciberfeminismo é uma mobilização feminista praticada em um ambiente virtual, ou como sugere Coelho (2016, p. 223), o feminismo praticado via mídias sociais tem a pretensão de aproximar as pessoas e considera que “A rede pode e deve ser usada para fomentar o debate e dar voz à resistência feminina, seja online, nas ruas ou nas universidades”.

Consoante com o contexto apresentado, têm-se como objetivo analisar os coletivos ciberfeministas como fonte de informação, cujos problemas incluem questionar se esses sites disponibilizam sugestões de bibliografias com publicações que abordam o tema, identificar quais são os tipos de materiais (e-books, artigos, vídeos, dissertações, teses, cartilhas, leis, etc.) disponibilizados, quem os acessa, quem os produz e se mensuram os acessos aos materiais.

1.1 CIBERFEMINISMO

Apesar das propostas, reivindicações e públicos serem diversos, os coletivos ciberfeministas se aproximam quando o objetivo é informar e instigar a refletir sobre

direitos, imposições, violências, entre outros assuntos a um público específico, tenha ele já desenvolvido interesse ou seja completamente leigo no assunto. Esses coletivos ciberfeministas diversos reproduzem padrões de pensamento do feminismo, os quais são o interseccional, “[...] que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social” (TIBURI, 2019, p.55), e que para Ferreira (2015, p.217) seria “[...] a tentativa de articulação com outras lutas e grupos”, enquanto o radical defende “[...] uma centralidade na relação entre corporalidade e poder, na qual “ter uma vagina” seria determinante”. Contudo, Narvaz e Koller (2006, p.649) agregam ao radical o movimento de mulheres negras, do qual fazem parte Angela Davis e Bell Hooks. Hooks (2019, p.36) expressa que “Enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo”.

Contudo, ainda que essas diferentes vertentes do ciberfeminismo busque usar a tecnologia como facilitadora ou propulsora para promover o acesso à informação, ela também se apresenta como barreira, uma vez que há uma brecha digital na qual a apropriação das tecnologias pelas mulheres é revelada (NATANSOHN, 2018). No caso do universo do gênero feminino¹, o problema é potencializado, tanto no que diz respeito ao acesso, como no que tange à produção de conteúdo, cujos prejuízos são consideravelmente maiores para as mulheres, levando à continuidade das barreiras impostas a elas, como ocorre com as barreiras associadas ao trabalho e à ascensão profissional, há uma redução da expectativa de ascensão profissional, bem como “[...] a falta de reconhecimento de sua capacidade ou de perspectiva profissional, baixa remuneração ou, por outro lado, acesso restrito ao mundo do trabalho, por vezes limitado a ocupações instáveis, precárias, informais” (CADERNOS... 2017, p.22).

A pauta feminista sofreu mudanças no transcorrer do tempo, com demandas ainda não solucionadas somadas a outras que emergiram no atual contexto social, econômico, político e tecnológico, entre as atuais destaca-se a dificuldade de apropriação das tecnologias, o transhackfeminismo e a alfabetização digital das mulheres (NATANSOHN 2013, 2014 *apud* NATANSOHN, 2018). Assim, quando se fala de ciberfeminismo, em realidade se trata dos feminismos praticados via rede, não apenas consumindo ideias sobre como deveriam ser os papéis sociais de homens e mulheres pensados de maneira a conseguir a equidade de gênero, mas reivindicando políticas e influenciando a todos os

¹Adota-se a expressão gênero feminino para fazer referência à performance adotada socialmente por indivíduos que se identificam com esse gênero, sendo dispensável, de acordo com a posição adotada no presente artigo, que o indivíduo tenha nascido com o sexo feminino.

que podem construir ou eliminar as barreiras e a opressão ao gênero feminino, além de estimular a produção e a apropriação de ideias sobre o feminismo. Um exemplo é o que acontece com o Observatorio Andaluz de la Publicidad no Sexista², uma organização governamental da Espanha, vinculada ao Instituto Andaluz de la Mujer, disponível para ser acessada em uma rede social, cuja proposta é avaliar os conteúdos da publicidade para evitar que a imagem da mulher de diferentes idades seja sexualizada, comparada e/ou usada como objeto. Denúncias são realizadas pelas seguidoras dessa comunidade, que também comentam cada uma das publicações, portanto nota-se intensa participação dos leitores que também contribuem trazendo informações na forma de denúncias. Aqui se tem a demonstração de um coletivo organizado que interage em prol de discutir a figura feminina na publicidade, para evitar abuso e agressão à imagem da mulher evitando formar a ideia de que a mulher é um objeto. Não se discutem outros aspectos que tocam no âmbito dos feminismos – usado aqui no plural para dar a ideia de que são muitas as reivindicações e tipos de grupos - mesmo assim pode ser uma fonte de informação para conhecer a publicidade sexista a partir da percepção dos membros desse grupo.

Assim, esse tipo de ambiente virtual caracteriza-se como fonte de informação voltada a conscientizar, mobilizar e ser um meio entre usuários ávidos por produzir informação e trocar experiências que perpassam o feminismo. Nesse caso, trata-se de movimento feminista que tem em seu cerne a valorização da informação, isto é a cultura informacional. São espaços propícios para contribuições da Ciência da Informação, pois eles se propõem a ser o lugar para criar e compartilhar informação, sendo interessante estender a questão para a compreensão de aspectos como o acesso e a apropriação da informação pelos frequentadores dessas plataformas. Para Santo (2008, p.328), em uma pesquisa sobre estudos de gênero na Ciência da Informação realizada identificando 18 textos em periódicos internacionais, cinco em revistas nacionais e quatro textos em edições do ENANCIB referente ao período entre 2000 e 2007, o volume de publicações envolvendo o tema mulher e informação é, no que compete ao corpus pesquisado, pequeno. Contudo, deve-se assinalar que se trata de uma investigação centrada na literatura nacional. Além disso, Santo (2008) acredita não se tratar de pré-conceito dos

2 O Observatório Andaluz de la Publicidad no Sexista, situado em Sevilha/Espanha, foi criado pelo Instituto Andaluz de la Mujer em 2003, e tem o objetivo de “[...] não são apenas a denúncia mas o acompanhamento do discurso publicitário e gerar massa crítica e formada entre a população andaluz, assim como conscientizar a profissionais dos setores da criatividade e a publicidade” (tradução nossa).

pareceristas da área o resultado da quantidade de publicações e sim se tratar da própria cultura que coloca as discussões de gênero na condição de marginalizadas. Supõe-se com isso que os autores estejam sugerindo que a produção em si é escassa pelo próprio desinteresse de pesquisadores da área, um recorte de objetos de investigação que culturalmente menosprezam os problemas do gênero feminino. Trata-se da naturalização ou aceitação dentro de um padrão de normalidade dos problemas que as mulheres enfrentam e que diante disso, é preciso considerar que “[...] o acesso à informação é condição primeira para o empoderamento feminino, cabendo, assim, também ao campo da CI uma boa parcela de responsabilidade e de dever em busca da promoção da igualdade de gênero” (SANTO, 2008, p.328). Uma conclusão menos pessimista é tomada por Bufrem e Nascimento (2012), em análise de 74 artigos extraídos da base Brapci, em que “[...] é flagrante o aumento no interesse sobre a questão do gênero nos últimos cinco anos”, mas ao mesmo tempo, é necessário destacar que são apenas 74 artigos em um universo de aproximadamente 5000 indexados na referida base, conforme assinalam as autoras.

Contudo, o aumento na produção pôde ser identificado realizando-se uma busca na Brapci no dia 19 de abril de 2020, fazendo uso do termo gênero, cujo resultado foram 294 textos recuperados referente aos anos de 2013 a 2020, mostrando que a área está cada vez mais interessada no tema. No entanto, uma segunda busca na mesma base com a palavra ciberfeminismo não obteve resultados.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Considerando o objeto de pesquisa, optou-se por uma pesquisa exploratória usando-se a etnografia virtual como método, que estuda a “[...] internet como um tipo de ambiente social ou cultural na qual as pessoas desenvolvem formas específicas de comunicação [...]” (FLICK, 2009, p.246). Assim, Flick (2009) reforça que “[...] é aplicada para o estudo dos conteúdos de comunicações na internet e das formas textuais com as quais os participantes se comunicam”. Nesse sentido, trata-se de estudar as informações que são comunicadas via Web.

Desse modo, entre o dia 5 e o dia 10 de outubro de 2019 foram avaliados os coletivos feministas brasileiros mencionados por Ferreira (2015), Santini, Terra e Almeida (2016), Coelho (2016) e Miranda e Bitar (2019): Think Olga, Não Me Kahlo, Geledés, Blogueiras Negras, Escreva Lola Escreva, Blogueiras Feministas, Biscate Social Club, Gorda e Sapatão, Transfeminismos. Esses coletivos feministas emergiram dos diferentes

grupos identitários que se formaram na década de 70, e que compreendem de maneira distinta a opressão sobre a mulher, e são parte de um “[...] importante espaço de disputa de fala na sociedade atual e a pluralização de narrativas é um poderoso instrumento de transformação” (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2017). Entre os grupos de mulheres podem ser citados os heterossexuais, os homossexuais, os burgueses, os proletários, os de mães e de não mães, os de negras e de brancas, o que para Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.146), se destaca após a sororidade ser “[...] questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário”.

Assim, buscou-se ler cada um dos sites mencionados a partir de sua barra de navegação, observando nos menus respostas aos problemas de pesquisa descritos ao final da seção Introdução. Além disso, para ampliar a possibilidade de encontrar indícios de que tais sites como fontes de informação, ou por produzirem ou por sugerirem leitura e acesso a determinados materiais, não se estipulou um limite temporal para essas publicações. Assim, a coleta de informações foi realizada em um único mês, minimizando a presença de alterações e de desaparecimentos de sites. Ainda assim, por se tratar de coleta em hipertextos, houve a necessidade de visitar cada site diversas vezes, sempre buscando informações para garantir que os diferentes tipos de materiais estavam sendo localizados. Essa repetição de visitas para observar as páginas foi necessária para evitar e contornar os problemas mencionados na literatura sobre pesquisa baseada em etnografia virtual, como por exemplo, o tipo de texto que precisa ser analisado, quais critérios devem ser adotados para selecionar uma página Web e qual amostragem de páginas é foco da análise. No caso da presente pesquisa, as páginas escolhidas atenderam à amostragem intencional, levando em consideração um reconhecimento prévio da própria literatura sobre ciberfeminismo e restringindo-se ao universo de páginas brasileiras. Além dos sites dos coletivos ciberfeministas, foram observadas as redes sociais desses coletivos, em especial o Facebook. A visita a essa rede social foi realizada utilizando como forma de entrada para a coleta de informação a página do Facebook da autora desse artigo. Nesse caso, a busca pelos coletivos foi realizada no próprio site dos coletivos analisados, nos quais já havia a indicação das páginas do Facebook e demais redes sociais.

A discussão do ciberfeminismo toca diretamente nas tecnologias de informação, no (não) acesso a elas e no uso da internet entre outras ferramentas tecnológicas como as redes sociais. De acordo com Miranda e Bitar (2019, p.26), o ciberfeminismo é a atuação das feministas baseando-se na tríade ciberespaço, internet e tecnologia, e explicam que

As redes feministas que já atuavam antes da Internet, com a criação do novo espaço, ampliam a difusão de suas ideias e reivindicações em uma dimensão continental. Por não encontrar espaço e visibilidade nos meios tradicionais de comunicação, os feminismos passam a criar seus próprios canais de comunicação para contrapor-se aos meios hegemônicos que, através de seus modos de produção, circulação e consumo, recorrentemente reforçam a desigualdade entre os gêneros.

A violência contra a mulher não dá sinais de que terminará, levando à necessidade cada vez maior de pôr em evidência a discussão sobre o tipo de violência, quem a pratica, por quanto tempo e em quais regiões isso é mais frequente. Os sites e as redes sociais feministas se encarregam de mostrar casos de feminicídio para tentar conscientizar o poder público. A violência contra a mulher talvez seja o maior incentivador para a existência dos movimentos feministas. Sabe-se que a violência ocorre na maior parte das vezes em casa, cometida por um familiar (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016). Dando destaque às redes sociais, Santini, Terra e Almeida (2016) sugerem que elas quebraram a “espiral do silêncio”, dando confiança e oportunidade para que pessoas que sofreram violência pudessem expor suas experiências e informações sobre o tema, um espaço que elas explicam ser de diálogo horizontal, portanto propício para que qualquer um possa participar.

Apesar das redes e sites se constituírem em excelentes espaços de interação, exposição e diálogo, é necessário reconhecer que ainda existe um problema quanto ao acesso das mulheres às tecnologias, o que impede do feminismo online obter maior alcance. Conforme explica Natansohn (2018), os dados sobre o acesso das mulheres as tecnologias é menor se comparado ao gênero masculino, em especial quanto se trata de acesso a computadores. Por outro lado, o acesso do gênero feminino aos telefones “celulares” é maior, sendo este um dado preocupante, uma vez que este aparelho permite, sobretudo, consumir, mas não produzir conteúdos, indicando um acesso limitado.

Em pesquisa realizada pela A4AI - Aliança para a Internet Acessível (2019), os dados revelam que no que tange aos objetivos políticos concretos para a equidade de gênero no acesso à internet e uso, o Brasil encontra-se em uma posição cujo score é 2, considerando uma escala de zero a dez. Isso significa que o país praticamente não produz políticas com a finalidade de conseguir a equidade de gênero quanto ao acesso e uso da internet, ficando atrás de muitos países da América Latina e da África. Os países com melhor score entre os classificados como em desenvolvimento atingem um valor de 6, também se mantendo aquém do ideal para alcançar a equidade. Além disso, a World

Wide Web Foundation (2015) conclui em relatório para o empoderamento online da mulher que: o acesso à internet precisa ser melhorado, considerando que a maior parte dos países ainda tem as brechas de gênero para o acesso à internet, especialmente porque falta *know-how* às mulheres para acessar a internet e o custo de acesso é elevado em países em desenvolvimento quando comparado à renda média da população. Claramente isso afeta mais as mulheres do que os homens, na medida em que as mulheres têm um ganho em média 25% menor. Ao considerar os níveis de escolaridade, as mulheres com menores níveis são menos propensas a acessar a internet. Porém, um ponto conclusivo positivo do relatório da World Wide Web Foundation para o movimento feminista está no principal uso da internet pela maior parte de mulheres e homens, que são as redes sociais. Outro dado preocupante é que uma minoria das mulheres usa a internet para o empoderamento, conclusão obtida a partir de dados que mostram que as mulheres são “[...] 25% menos propensas a usar a Internet para procurar emprego do que os homens, e 52% menos provável do que os homens para expressar opiniões controversas online” (tradução nossa).

Em relatório sobre Estatísticas de Gênero do IBGE (2018), destaca-se que a proporção de mulheres que possuem telefone móvel em comparação aos homens é maior, mas isso significa tão somente que “O modelo de inclusão digital via telefonia móvel tem um baixo potencial de produção, programação e distribuição de conteúdo: é uma inclusão digital para o consumo e não para a cidadania, a economia ou o fortalecimento da democracia” (NATANSOHN, 2018, p.91, tradução nossa). Esses dados sobre o acesso e uso das mulheres à internet são fundamentais para compreender o que Natansohn (2018) denomina de apropriação da internet. Não basta portar equipamentos tecnológicos, é preciso desenvolver competências para usá-los.

Nesse contexto em que as mulheres portam equipamentos, acessam redes sociais, instala-se um contexto de favorabilidade para o ciberfeminismo, cabendo a esse movimento não apenas informar sobre direitos, denunciar violências e reivindicar soluções para os problemas das mulheres. Compete ao ciberfeminismo promover o uso das tecnologias para que a partir disso consiga real apropriação da informação para a mudança. Contudo, o que se enfrenta são “[...] lógicas neoliberais mercantilizadas e extrativistas, lógicas de *upload* onde as pessoas produzem informação e a depositam em computadores remotos – a “nuvem”-, dos quais tem pouca noção sobre onde estão, quem e o que se faz com toda essa informação” (NATANSOHN, 2018).

Natansohn (2018) vê um movimento melhor organizado entre as feministas em rede a partir de 2015, uma vez que estas passaram a trabalhar por redes mais seguras, usando servidores próprios, construindo os próprios aplicativos, entre outras ações para garantir autonomia tecnológica, segurança digital e estímulo para que mais mulheres atuem em áreas tecnológicas. Por isso, deve-se estruturar a tecnologia para ser um meio para acessar a informação, subsídio importante para as mulheres e condição para as práticas e mobilização ciberfeminista.

2 SOBRE O FEMINISMO

O feminismo é marcado por fases cujas reivindicações começaram tímidas e específicas, e foram se ampliando a partir do acesso à informação e mais tardiamente pelo uso de ferramentas tecnológicas pelas mulheres. Trata-se de lutar contra a opressão de homens direcionada para mulheres, que em geral assumem a forma de políticas e de valores culturais que designam a elas um papel marginal e subalterno em todo e qualquer campo de atuação.

Como define Hooks (2019, p.17) “[...] feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” e complementa no mesmo texto explicando que “[...] para compreender o feminismo, uma pessoa precisa necessariamente compreender o sexismo”.

O cenário inicial do feminismo, considerado um movimento conservador ocorrido entre a metade e o final do século XIX foi constituído por ideias iluministas, pela Revolução Francesa e Americana (FRAISSE, 1992 *apud* FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009), cujas reivindicações se situavam no plano dos direitos sociais e também políticos, sendo que seu ápice foi o sufrágio³, constituindo-se como um movimento que ocorreu em diversos países com a organização de congressos e de influência sobre os aparelhos

3 O Sufrágio universal é o direito ao voto para “[...] todas as pessoas maiores de idade, mulheres e homens, independentemente de sua raça, crença ou condição social” (AMNISTIA INTERNACIONAL, S/D b). “O emergente **feminismo (do século XIX) se centrou inicialmente na reivindicação do direito ao voto das mulheres. Nos Estados Unidos, suas principais líderes foram Susan B. Anthony, Lucy Stone y Elisabeth Cady Stanton** (uma das promotoras da Declaração de Sêneca Falls), enquadradas desde 1890 na “Associação Nacional Americana pelo Sufrágio da Mulher”. Não obstante, elas não viram o resultado de seu esforço, já que o direito das mulheres a votar não foi reconhecido nos Estados Unidos até 1920. Na Inglaterra, **John Stuart Mill** publicou **A Subjugação da Mulher** em 1869. Três anos antes havia apresentado ao Parlamento inglês uma demanda a favor do voto feminino que, ao ser rechaçada, provocou que em 1867 nascesse el primeiro grupo sufragista britânico: a “Associação Nacional para o Sufrágio da Mulher”. O direito feminino ao sufrágio se foi alcançando lentamente ao largo do século seguinte. Nova Zelândia o conseguiu em 1893, Austrália em 1901, Finlândia em 1906, Noruega em 1913, Dinamarca e Islândia em 1915... Na Espanha se conseguiu em 1931, na França e Itália em 1945, enquanto que na Suíça não se alcançou até 1970. Nos países árabes a adoção do sufrágio feminino todavia foi mais lenta, sem que se tenha consumado totalmente (na Arábia Saudita e Brunei as mulheres seguiam sem votar em 2007).” (AMNISTIA INTERNACIONAL, S/D b).

legislativos em busca do direito ao voto. No Brasil, as mulheres trabalhadoras foram influenciadas por trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos (COSTA, 2005). Para Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.144), o movimento feminista, conhecido como um movimento coletivo de luta de mulheres, data da segunda metade do século XX e nasce do “[...] descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres”.

Após essa primeira mobilização, existiu uma desarticulação que perdurou algumas décadas. A segunda onda do movimento feminista nasce no final da Década de 1960, estimulada pelos movimentos de contracultura e pela incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Nesse momento, o movimento era heterogêneo, pois mesclava a luta contra a opressão que as mulheres sofriam na ditadura, com incursões e exposição sobre temas de interesse das mulheres, cujos acréscimos foram sobre “[...] a questão da autonomização da sexualidade feminina; a maternidade não é o único horizonte das mulheres e, mais ainda, o desejo da “não maternidade”, após o advento da contracepção das mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.145). Além disso, também se uniram a outros movimentos de liberação. Assim, nos anos 70, o movimento negava aos homens o direito de falar em nome das mulheres, mas ampliava as reivindicações de movimentos como Poder Negro⁴ e Panteras Negras⁵ (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

No Brasil, a segunda onda aparece no contexto de repressão militar e como forma de resistência e oposição a alguns tipos de organizações. Mas amadurece para uma reflexão sobre a discriminação que sofriam pelos padrões patriarcais nos partidos políticos, na igreja progressista e nas relações com o Estado. Além disso, não era considerado um movimento sério e verdadeiro pela esquerda da época, pois o associavam a uma moda no sentido de massa de manobra. Situação que levou o movimento a romper com a esquerda com relação à estrutura organizativa, mas não em

4 “O grito público de 1966 do Black Power dado por Stokely Carmichael e Willie Ricks da Comissão de Coordenação Estudantil Não Violenta (SNCC) em Greenwood, Mississippi, foi criticado por declarar um novo clima”, o qual visava para além de um slogan político, enfatizar as reivindicações dos negros e que extrapolou o território dos Estados Unidos, com um movimento que se necessário usaria a violência para eliminar o estado de subordinação dos negros (WILLIAMS, 2008).

5 Os Panteras Negras para a Autodefesa foram um partido político fundado em 1966, cujas atividades perduram até 1982. Recebeu atenção especial do FBI, tendo sido considerado uma ameaça e um dos principais inimigos do Estado à época. Foi fundado por Huey Newton e Bobby Seale e tinha como proposta inicial combater a opressão dos brancos. O partido conseguiu a adesão de muitos negros e conseguiu colocar em prática dez planos de ação, entre os quais o mais famoso foi o café da manhã oferecido pelo partido para crianças negras carentes. Ademais, o partido teve a adesão de mulheres como Ângela Davis, mas como sofreu ataques e perseguição do FBI e da polícia, foi perdendo força, adesão e comprometimento e engajamento, uma vez que muitos de seus líderes eram presos sucessivamente gerando desgaste entre os membros (GELEDÉS, 2017).

termos ideológicos (COSTA, 2005). Para Fougeyrollas-Schwebel (2009), a distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres levou à divisão entre “[...] muito burguesas no século XIX e no começo do século XX, muito radicais e inimigas dos homens depois dos anos 70”. Contudo, é necessário colocar que esta divisão entre esses dois momentos é questionada por historiadoras pelo fato de que existem lacunas de informação sobre o movimento entre as décadas de 1920 e 1960 (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

A questão da sororidade, de pertencimento e partilha de valores comuns entre as mulheres, que surgiu na década de 1970 se abala ainda nesse período, quando os diferentes grupos que formavam o movimento passaram a questionar a compreensão e luta desses grupos aparentemente unidos com relação a seus problemas. A ignorância a respeito dos problemas específicos não era o único estímulo à fragmentação do movimento, mas também o “[...] temor da criação de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais, entre burgueses e proletários, entre mães e aquelas que não o são, entre mulheres brancas e as mulheres negras” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.146).

A proposta também era deixar claro que o “o pessoal é político”, isto é, o que pertence à vida privada e pessoal também é uma questão política, na medida em que a opressão que sofrem de maneira individualizada é resultado da forma como o poder é exercido sobre elas (COSTA, 2005).

O feminismo se associou às tecnologias ainda nos anos 70. Firestone (1976 *apud* FERREIRA, 2015, p.201) acreditava que a discriminação com as mulheres acabaria a partir do momento que estas se aliassem às tecnologias reprodutivas, uma vez que estas não seriam mais obrigadas ao que ele chamou de atividade reprodutiva. Nos anos 80, essa tentativa de aproximar o feminismo das tecnologias também foi feita visando combater a imagem masculinizada associada a elas (FERREIRA, 2015), além do que se tornaram um alvo eleitoral para os partidos políticos, os quais se esforçaram para incorporar as demandas das mulheres em seus programas (COSTA, 2005).

Para alguns, a terceira onda feminista aparece nos anos 90, quando o feminismo se apropria da popularização da internet para rediscutir questões práticas e teóricas do movimento, evoluindo para um diálogo horizontal, portanto mais participativo, com práticas heterogêneas e articuladas a diversos setores da sociedade (FERREIRA, 2015). No Brasil, essa terceira onda feminista diz respeito à criação e implementação de políticas para as mulheres, a atuação do feminismo junto ao Estado (COSTA, 2005) em

secretarias e conselhos específicos. Assim, “Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby* do batom, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou” (COSTA, 2005), sendo que tais demandas eram sobretudo a elaboração de políticas sociais voltadas à equidade de gênero.

Com o avanço das discussões feministas, passa a se destacar como pauta, muito mais do que a reivindicação de direitos iguais. São incorporados ao discurso, problemas como o lesbianismo e a desconstrução da ideia de papéis atribuídos ao gênero a partir do sexo, desconstruindo o que era considerado determinado biologicamente.

Nos fins dos anos 70, o conceito de gênero é elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feministas. A utilização do gênero altera o enfoque nas discussões, pois se inaugura uma nova problemática no campo feminista. O conceito de gênero promove um avanço nos estudos feministas ao incluir tendências universais em relação ao masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais (CONCEIÇÃO, 2009, p.740-741).

De acordo com Conceição (2009) os anos 70 produziram discussões que uniram o patriarcalismo e o capitalismo, bem como o feminismo e o marxismo, produzindo debates que envolviam sexo e classe. Somaram-se a essas discussões o feminismo negro, agregando aos problemas de gênero, sexo e classe as questões raciais.

O foco sobre o gênero, considerando-o como uma construção social com implicações para o que se entende como homem e mulher ganha destaque com os pós-estruturalistas ou pós-modernos, o que para Conceição (2009) permitiu emergir três abordagens sobre estudos de gênero: “[...] a dos teóricos(as) do patriarcado, a elaborada pelas feministas marxistas e as teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista e anglo-saxônica”.

Quadro 1: Abordagens feministas

Abordagem	Foco
Teóricas do Patriarcado	“As teóricas do patriarcado analisam o sistema de gênero e apontam a sua primazia em toda a organização social. Procuram explicar a dominação da mulher pelo homem em função da reprodução e da própria sexualidade; porém não demonstram como a desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades sociais que afetam aqueles campos que parecem não ter ligação com o gênero. Além disso, suas reflexões se assentam nas diferenças corporais entre homens e mulheres, consideradas imutáveis e, portanto, ahistóricas.”
Feminista marxista	“[...] busca de uma base material para o gênero e a encontram na divisão sexual do trabalho. Nesta perspectiva teórica o gênero é considerado como “produto acessório”, nas transformações das

Abordagem	Foco
	estruturas econômicas, carecendo, portanto, de status analítico próprio e independente”.
Teorias psicanalíticas	“As teorias psicanalíticas abordam os processos pelos quais as identidades do sujeito são criadas, centralizando suas análises nas primeiras etapas da vida da criança. Estas teorias, apesar de concentrarem-se nos sujeitos, tendem a universalizar as categorias homem-mulher, descontextualizando a construção da subjetividade e reforçando o caráter de oposição binária do gênero”.

Fonte: Adaptado de Conceição (2009).

A raça, a classe, o gênero, a orientação sexual entre outros pontos, são importantes marcadores da variedade de interesses e discursos que evocam relações de poder, mas que também indicam ser impossível adotar a ideia de um único sujeito mulher.

Para Hita (2002, p.330 *apud* CONCEIÇÃO, 2009),

[...] as teóricas pós-modernas (Dona Haraway, Judith Butler, Joan Scott, Teresa de Lauretis) não se afastam nem abandonam as preocupações originárias de um feminismo emancipatório que visa estratégias de ação política para superar estados de discriminação e desigualdades de gênero, sexo, raça, étnica, religiosa etc.

Com as teóricas pós-modernas nota-se ser importante olhar para o feminismo como uma forma de evidenciar que o gênero é uma construção social, adquirida socialmente.

Tiburi (2019, p.28) explica que

Não é à toa que o tema “gênero” esteja causando tanto desentendimento, e até mesmo surtos morais e políticos fundamentalistas e autoritários. “Gênero” é um termo usado para analisar os papéis “masculino” e feminino” que se tornaram hegemônicos. A aparência de homem e mulher está profundamente ligada a regras de comportamento. Somos controlados social e domesticamente desde que fomos “generificados”, como afirma Judith Butler.

As diferentes discriminações, desigualdades e violências persistentes continuam aparecendo e sendo foco de atenção das feministas e ciberfeministas.

3 RESULTADOS E ANÁLISE: OS COLETIVOS CIBERFEMINISTAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

O feminismo não é formado por um único movimento. As diferentes reivindicações levam a coletivos distintos, cujos interesses são específicos nos problemas que envolvem: racismo, lesbianismo, maternidade, transfobia, violência, corpo, sexualidade etc. Por isso, e sem a pretensão de analisar todos os coletivos existentes, optou-se por aqueles que são mencionados por Ferreira (2015), Santini, Terra e Almeida (2016), Coelho (2016) e Miranda e Bitar (2019). Assim, as informações expostas foram retiradas

dos sites desses coletivos mencionados, bem como foram observadas algumas informações nas páginas das redes sociais desses coletivos.

O primeiro coletivo analisado, visando identificá-lo como fonte de informação, é o Think Olga, se autodenominando organização sem fins lucrativos, iniciado em 2013, com parcerias que incluem o Facebook, a Defensoria Pública de São Paulo, cuja visão é “Sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e suas intersecções e educar e instrumentalizar pessoas dispostas a serem agentes de mudança na vida das mulheres” (THINK OLGA, 2019). Como público-alvo, que são as pessoas que acessam os materiais disponibilizados, compreendem “[...] pessoas dispostas a serem agentes de mudança na vida das mulheres”. Desenvolve e promove o acesso a conteúdos, utilizando formatos variados, entre os quais: cartilha sobre assédio sexual, documentário ‘Chega de fiu-fiu’; materiais em formato PDF sobre combate ao estupro, mulheres na política e aborto, bem como temas como violência virtual e racismo; um guia sobre ativismo; e, além do documentário, foi criado e disponibilizado um mapa também denominado ‘Chega de Fiu Fiu’ criado em 2014, considerado uma ferramenta colaborativa que visa localizar casos de assédio no Brasil, categorizados como assédio verbal, homofobia, racismo, *stalking* e estupro, entre outras, cujas denúncias podem ser públicas ou anônimas. Além dos materiais citados, possuem filmes, Podcasts e minimanuais sobre aborto, estereótipos nocivos, jornalismo humanizado, jornalismo esportivo, violência contra a mulher, lgbt+, pessoas com deficiência e racismo. Nesse sentido, promove a cultura de informação, uma vez que fornece o acesso à informação sobre temas que são feministas ou se relacionam com eles e em diferentes formatos. Estendem os conteúdos para páginas no Facebook e no Instragram, bem como no LinkedIn. No Facebook, conta com 176.470 seguidores, sendo um canal para divulgar números sobre a violência contra a mulher, por meio de textos e vídeos, além de outras discussões de interesse feminista. Não foram localizadas *tags* como forma de vincular e marcar materiais em um mesmo tema, nem sugestões de livros, teses e dissertações no blog. Contudo, este possui um campo de busca, o que facilita o acesso aos materiais disponibilizados.

Não Me Kahlo é um segundo coletivo feminista que propõe “[...] utilizar a força da informação para promover a autonomia feminina” (NÃO ME KAHLO, 2019), difundindo conteúdos feministas *on-line* e *off-line*. Promove ações sob a perspectiva de gênero, mas inclui também questões sobre raça, classe e orientação sexual. Entre os materiais, destacam-se as colunas e os vídeos, lidos e assistidos integralmente e gratuitamente, mas também podem ser encontradas sugestões de livros. Além disso, é possível ter uma

assinatura, para a qual são disponibilizados textos e conteúdos exclusivos. Ademais, conta com um campo para realizar buscas e *tags* para facilitar o acesso aos materiais. Não Me Kahlo também está presente no Facebook, com 1.226.969 seguidores, e no Instagram.

Geledés é o instituto da mulher negra, uma organização da sociedade civil que atua desde 1988 e busca a defesa de “[...] mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira” (GELEDÉS, 2019). Segmenta as discussões e conteúdos em “[...] questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas” (GELEDÉS, 2019). Atua em áreas como os direitos humanos, educação, comunicação, saúde, mercado de trabalho e políticas públicas. Desenvolve e promove o acesso a textos, guias, livros com acesso gratuito, além de notícias que na maioria das vezes tem relação com questões raciais e de gênero, publicadas também no Facebook, cujos seguidores totalizam 644.816. Neste canal de comunicação, também é possível acessar vídeos, em especial sobre os eventos promovidos pelo Geledés. O uso de um campo para buscas e as *tags* também estão presentes.

As Blogueiras Negras, coletivo criado em 8 de março de 2012, é uma organização não governamental e conta com aproximadamente 200 escritoras, cujas contribuições têm como objetivo “Produzir e publicar conteúdos das diversas linguagens e nos mais variados suportes: blog, vídeos, livros, áudios, visando sempre visibilizar e difundir conteúdo produzido por mulheres negras, conteúdos esses de diversos gêneros literários e temas” (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019). Além disso, os conteúdos são de cunho feminista e antirracista, bem como se propõe a ser um canal que contribui com a troca de informação. Inclusive, junto ao nome do blog consta a frase “informação para fazer a cabeça”. A intenção é fornecer informação no formato de textos, que pode vir da própria produção do blog como também das sugestões de livros de escritoras negras que podem ser encontrados no site. A informação aparece preferencialmente em forma textual, mas no Facebook de Blogueiras Negras também é possível localizar vídeos, cuja comunidade conta com 221.298 seguidores.

Escreva Lola Escreva é um blog com uma única escritora, cujo *post* mais antigo data de 1998. Nesse blog, podem ser encontrados textos discutindo e expondo a opinião da idealizadora Lola Aronovich, argentina naturalizada brasileira, sobre temas diversos,

incluindo temas feministas. Mas, não se dedica a criar e postar textos exclusivamente voltados a essa temática, desenvolvendo-se temas como “[...] cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, maridão, combate a preconceitos, chocolate e o que mais me der na telha” (ESCREVA LOLA ESCREVA, 2019), conforme explica a autora. Sugestões sobre filme e outros blogs e comunidades online podem ser encontradas, mas não existe uma forma para buscar os temas discutidos em postagens anteriores, dificultando o acesso aos textos. A postagem de vídeos é realizada por Lola Aronovich em um canal no Youtube denominado Fala Lola Fala, mencionado no blog. A atuação da blogueira é intensa no que diz respeito a influenciar o poder legislativo, conseguindo inclusive a aprovação de uma lei chamada de Lei Lola 13/642/18, que atribui à Polícia Federal a função de investigar crimes cibernéticos de misoginia. Contudo, não se tem informações disponíveis sobre quem acessa e quantos acessos são realizados ao blog.

Por sua vez, o Blogueiras Feministas, iniciado em 2010, se autodenomina como um blog político, com aproximadamente 70 pessoas que colaboram escrevendo sobre feminismo e sobre “[...] todos os assuntos que acreditamos perpassar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é um blog político, portanto, nos reservamos o direito de não publicar textos que sejam contrários a nossos posicionamentos e opiniões” (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 2019). Sugestões de livros são encontradas no blog, assim como filmes centrados na discussão feminista. Leis que convergem para o interesse feminista aparecem comentadas, incluindo as que precisam ser barradas. Porém, não foi localizada indicação para materiais acadêmicos, como teses e dissertações, bem como informações sobre quem acessa e quanto se acessa a respeito das postagens do blog. Há um campo para realizar buscas, o que facilita localizar informações específicas em todas as postagens, bem como disponibiliza categorias para promover o acesso à informação mais rápido. As categorias usadas são: comportamento e relacionamentos; cultura e mídia; direitos humanos e inclusão social; educação e história; feminismo e movimentos sociais; gênero e diversidade; política e diversidade; política e estado; raça e etnia; saúde e corpo; sexismo e violência; sexo e sexualidade; trabalho e economia. Os *posts* aparecem com *tags*, nesse caso, usadas para remeter o leitor a outros textos que receberam a mesma etiqueta. O blog possui páginas no Facebook, com 95.798 seguidores, bem como está presente no Instagram, no Tumblr, no Twitter, e no Youtube.

O Biscate Social Club, blog iniciado em 2011, cuja última postagem data de 2018, considerando que essa avaliação do site ocorreu no dia 12 de novembro de 2019,

defende a ideia de que “[...] todos e cada um deve ser livre para fazer o que bem entender, com quem escolher e onde bem quiser. Sim, estamos falando de sexo, mas não só” (BISCATE SOCIAL CLUB, 2019). No Facebook possui 13.081 seguidores e no blog, *tags* que demarcam textos críticos, como política, luta, justiça social, feminismo, entre outros. Sobretudo disponibiliza textos e alguns vídeos, e sugere livros.

Gorda e Sapatão nasce como blog em 2013 e destaca as inquietações das mulheres negras, gordas e lésbicas, cujos temas de interesse são: racismo, lesbianidade, feminismo, padrões de beleza e gordobofia. Podem ser encontrados textos exclusivos, mas também sugestões de leitura de textos produzidos por Jéssica Ipolito, idealizadora do blog. A página de Gorda e Sapatão no Facebook possui 11.912 seguidores, com sua última publicação datada em 2018, sendo disponibilizado nesse canal, além dos textos, também vídeos. O site conta com *tags*, mas não possui uma forma de busca para recuperar materiais específicos.

Transfeminismos é um blog que acredita ser necessário usar várias abordagens, considerando que nenhum discurso é capaz de ser universal, “Todo discurso que se quer universal automaticamente se torna violento por forçar uma definição padrão a um conjunto de sujeitos com base em uma suposta universalidade identitária” (TRANSFEMINISMOS, 2019). A produção parece ser realizada por muitos colaboradores. Pode ser encontrado no Facebook, com 26.700 seguidores, no Tumblr, no Twitter e em um blog, sendo neste encontrada uma lista de mais de 40 livros e artigos como sugestão bibliográfica. Os temas de interesse são categorizados entre: Saúde e Corpo, Identidade e Resistência. Essa categorização facilita o acesso aos textos pelo leitor, também auxiliada por um campo de busca. Pode ser encontrada referência a leis em artigos no blog, bem como atualidades, como uma discussão sobre o uso do nome social na prova do Enem de 2019. Por fim, destaca-se que além dos materiais disponibilizados, também se localizou a oferta de um curso na modalidade EAD.

Com base nas informações apresentadas, analisa-se que os coletivos estudados apresentam, em sua maioria postagens de textos, muitos dos quais construídos a partir da consciência e conhecimento que o escritor tem do assunto, alguns seguindo uma abordagem próxima a de um depoimento ou desabafo, mostrando uma percepção pessoal sobre o tema, enquanto outros apresentam uma discussão com maior neutralidade.

A busca por informação nesses blogs e sites nem sempre é facilitada, uma vez que alguns deles apresentam *tags* e campos de busca, mas nem todos. Também é possível

identificar que se posicionam quanto ao possível público-alvo, mas não foi localizado quantos acessos são realizados, uma vez que não existem mecanismos explícitos que demonstram quantos são os acessos e de quais localidades são realizados. Os comentários dos leitores são um indicador de que há interesse pelos materiais disponibilizados, mas não se tem um mapa dos acessos sobre quem e quanto foi acessado.

Os coletivos ciberfeministas são fundamentais para o feminismo, pois ampliam a exposição das informações para os diferentes públicos, através de diferentes materiais, entre os quais, artigos, livros, colunas, histórias, leis e regulamentos, cartilhas, pesquisas e mapeamentos, documentários que evidenciam não apenas as violências contra a mulher, mas também buscam influenciar e mobilizar mais pessoas a aderirem ao pensamento não sexista. Essa exposição de informação, que nos primórdios do feminismo era realizada nas discussões presentes em primeiro lugar nos grupos de conscientização e posteriormente no ambiente acadêmico nas disciplinas de Estudos de Mulheres, levou a um enfraquecimento do movimento, uma vez que restringiu ainda mais o público que acessava e participava das discussões (HOOKS, 2019, p.21). Contudo, o maior dano causado por essa restrição de acesso a informação sobre as reais causas feministas foi “[...] o foco reforçado na construção da mulher como “vítima” de uma igualdade de gênero que precisa ser reparada (através de mudanças nas leis discriminatórias ou de ações afirmativas), a ideia de que mulheres precisavam primeiro confrontar seu sexismo internalizado como processo para se tornar feminista perdeu o valor”. Nesse sentido e considerando que a mídia tradicional acabou enfatizando a abordagem das feministas reformistas⁶, conforme sugere Hooks (2019, p.21), infere-se que foi necessário buscar um canal em que as feministas revolucionárias⁷ pudessem expressar informações, fatos e informações para pressionar, influenciar e instruir os públicos. Essa busca por espaços em que pudessem atuar no contexto dos últimos 24 anos, conforme sinaliza Ferreira (2015, p.203) sobre o primeiro uso do termo ciberfeminismo, conduziu à aproximação e a articulação entre a tecnologia, a internet e a informação pelas feministas criando canais para mobilização e práticas ciberfeministas.

6 As feministas reformistas tinham como propósito “[...] projetar a noção do movimento como se ele fosse, exclusivamente, pela igualdade entre mulheres e homens no sistema existente” (HOOKS, 2019, p.20), alimentando o imaginário do público com a noção de libertação da mulher.

7 As feministas revolucionárias, por sua vez, visavam a reforma e a reestruturação da sociedade, portanto não apenas buscando mais direitos, mas sim uma transformação do sistema patriarcal para combater o real inimigo que é o comportamento sexista (HOOKS, 2019).

Considerando que as fontes de informação são “[...] tudo que gera ou veicula informação” (RODRIGUES; BLATTMANN, 2014), e que nos blogs investigados existiam informações disponibilizadas no intuito de divulgar, é possível afirmar que os conteúdos apresentados em diferentes formatos e suportes possuem potencial para atender às necessidades do público-alvo, reforçando que os blogs ciberfeministas podem ser fontes de informação importantes para combater o sexismo e tudo que implica em marginalizar a mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciberfeminismo está presente em diferentes sites na internet, aparecendo na *timeline* de muitos usuários das redes sociais. O movimento feminista se vale da tecnologia para difundir informações, mas também a têm como barreira, uma vez que a apropriação das tecnologias é reconhecida na literatura como menor entre as mulheres quando comparada aos homens, em especial quando se trata de dominar os computadores.

De acordo com os resultados da pesquisa, é inegável o papel que os coletivos descritos assumem como fonte de informação sendo, portanto, um importante nicho para a Ciência da Informação. Demonstram preocupação em provocar a mudança na sociedade, visando melhorar a vida das mulheres e suas diferentes necessidades. Contudo, apesar de serem fontes de informação e de promoverem não apenas o acesso e a apropriação, mas também a produção, alguns desses coletivos não disponibilizam ferramentas para melhorar o acesso às discussões propostas nos materiais. Isso afeta a apropriação e a mudança social visada por esses coletivos.

Considera-se que a Ciência da Informação é fundamental para o ciberfeminismo, pois contribui diretamente para o empoderamento feminino, dado que visa compreender a dinâmica de desenvolvimento e difusão de uma cultura informacional nesse meio e uma das principais propostas é promover o acesso e a apropriação à informação pelas mulheres. Dessa maneira, Berth (2019) explica que o empoderamento é expresso pelo “[...] entendimento de que sua consciência deve estar em ação articulada com os outros do seu grupo, que estão confinados na mesma situação social para que, coletivamente, consigam criar meios de resistir aos efeitos da opressão em suas vidas”. Nesse sentido, é fornecer condições de que por meio do acesso à informação, as pessoas possam criar consciência sobre sua situação na condição de membros de um grupo com legado

histórico e cultural, no qual todos os membros estão submetidos às desigualdades, injustiças e violências.

Dessa forma, com base nos achados da pesquisa, os blogs e sites feministas podem ser considerados grandes aliados, pois são fontes que permitem o acesso à informação. Além disso, os estudos de gênero na Ciência da Informação são pertinentes por promoverem a inclusão de discussões atuais e que refletem a desconstrução de categorias e formas de pensar sobre o homem e a mulher, contribuindo diretamente para o enfrentamento do desequilíbrio de poder instalado, propiciando às mulheres e as pessoas do gênero feminino maior organização, acesso e compartilhamento de informação. Por fim, a atuação da Ciência da Informação no ciberfeminismo pode ser relevante para melhorar a organização e conseqüentemente o acesso aos materiais produzidos ou disponibilizados, bem como pode atuar na produção dos produtos de informação, viabilizando tipos de materiais apropriados para usuários específicos e colaborando com a gestão desses materiais.

REFERÊNCIAS

A4AI. **Relatório de acessibilidade**. Objetivos Políticos concretos para a equidade de gênero no acesso à internet e uso. 2019. Disponível em: https://a4ai.org/affordability-report/data/?_year=2019&indicator=A14 . Acesso em: 15 set. 2019.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Portais Verticais. In: TOMAEL, M. I.; VALENTIM, M. L. (Orgs.) **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004. p.57-86

AMNISTIA INTERNACIONAL. **La Declaración Universal de los Derechos Humanos**. Artículo 21: derecho al voto y tipos de sufragio. S/D a. Disponível em: <http://www.amnistiacatalunya.org/edu/es/historia/dh-a21.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **História de los derechos humanos**. La outra media humanidad; las mujeres em la história. S/D b. Disponível em: <http://www.amnistiacatalunya.org/edu/es/historia/inf-mujeres-hist.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 29, n.1, p. 81-96, 2015.

BERTH, Joice. Empoderamento e os perigos do esvaziamento leviano de conceitos. **Carta Capital**, 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/empoderamento-e-os-perigos-do-esvaziamento-leviano-de-conceitos/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BISCATE SOCIAL CLUB. **Editorial Biscate**. 2019. Disponível em: <http://biscatesocialclub.com.br/>. Acesso em: 11 out. 2019.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Blogueiras feministas – Sobre o Blog**. 2019. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/sobre-o-blog/>. Acesso em: 11 out. 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Quem somos – Reivenando a Tela**. Disponível em: <http://www.blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em: 11 out. 2019.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna S. A Questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial p. 199-214, dez. 2012.

CADERNOS DE FORMAÇÃO. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. **Caderno 3: As mulheres e o mercado de trabalho**. São Paulo: Imprensaart, 2017.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, Rio de Janeiro, v.11, n.1, jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.8, n.24, p.738-757, dez. 2009. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v.5, n.2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ESCREVA LOLA ESCREVA. **Quem sou eu**. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>. Acesso em: 11 out. 2019

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.44, jan.-jun., 2015, p.199-228. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>. Acesso em: 06 ago. 2019.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa online: a utilização da internet. In: **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D.(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GARCÍA-REYES, María del Carmen Jorge; et al. Dónde encontrar información fiable. In: PACIOS-LOZANO, Ana Reyes. **Técnicas de búsqueda y uso de la información**. Madrid: Editora Universitaria Ramón Areces, 2014. (p.1-55).

GELEDÉS. **Missão institucional**, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>. Acesso em: 11 out. 2019.

GELEDÉS. **A história dos Panteras Negras em 27 fatos importantes**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais da mulher no Brasil. In: **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38, jun. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

MIRANDA, Cynthia Mara; BITAR, Marina Parreira Barros. Think Olga: reflexiones sobre el protagonismo ciberfeminista en Brasil. **Revista Científica de Educación y Comunicación** - Hachetetepe, v. 18, maio, p.29-38, 2019. Disponível em: http://grupoeduc.com/wp-content/uploads/hachetetepe_n18.pdf . Acesso em: 20 ago. 2019.

MOUSINHO, Fabíola Cunha. **Ciberfeminismo em 140 caracteres**: o caso da #EuParo no Twitter. Out. 2017. 64f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, set./dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021> . Acesso em: 20 ago. 2019.

NATANSOHN, L. Graciela. Ciberfeminismos 3.0: nuevos horizontes. **XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC 2018**, Costa Rica, 2018.

NÃO ME KAHLO. **Sobre a Não Me Kahlo**. 2019. Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/sobre-2/sobre/>. Acesso em: 11 out. 2019.

ROFRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para a geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.3, p.4-29, jul./set. 2014.

SANTINI, Rose Marie; TERRA, Camyla; ALMEIDA, Alda Rosana Duarte de. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). **P2P & Inovação**, v.3, n.1, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2016v3n1.p148-164>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTO, Patrícia Espírito. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389> . Acesso em: 20 ago. 2019.

THINK OLGA. **Tudo sobre Think Olga**. 2019. Disponível em: <https://thinkolga.com/thinkolga/>. Acesso em: 11 out. 2019.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 11.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TRANSFEMINISMOS. **Política e responsabilidade**. 2019. Disponível em: <https://transfeminismo.com/politica-e-responsabilidade/>. Acesso em: 11 out. 2019.

TRAT, Josette. Movimentos sociais. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.149-154.

WILLIMAS, Rhonda Y. Black Women and Black Power. **OAH Magazine of History**, v.22, n.3, p.22-26, jul. 2008. Disponível em: <https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1093/maghis/22.3.22>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WORD WIDE WEB FOUNDATION. **Women's Rights Online**: Translating Access into Empowerment. 20 out. 2015. Disponível em: <https://webfoundation.org/research/womens-rights-online-2015/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Notas

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: L. M. Woida

Coleta de dados: L. M. Woida

Análise de dados: L. M. Woida

Discussão dos resultados: L. M. Woida

Revisão e aprovação: L. M. Woida

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

- 1) Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Enrique Muriel-Torrado, Edgar Bisset Alvarez, Camila Barros.

HISTÓRICO

Recebido em: 05/12/2019 – Aprovado em: 24/04/2020 – Publicado em: 10/07/2020

